

Processos de subjetivação e resistência de dissidentes sexuais: um olhar sobre a sua vida cínica

Subjectivation and resistance processes in sexual dissidents: a look at their cynical life

*Clodoaldo Ferreira Fernandes da Silva**, *Ariovaldo Lopes Pereira***

**Universidade Estadual de Goiás (UEG); Secretaria de Estado de Educação de Goiás (SEDUC-GO)*

***Universidade Estadual de Goiás (UEG)*

Resumo: Este artigo versa sobre algumas discussões relacionadas aos processos de subjetivação e resistência que os dissidentes sexuais vivenciam na contemporaneidade. Tem como objetivo principal problematizar, a partir de um viés discursivo na perspectiva foucaultiana, algumas práticas identitárias tidas como desviantes, à luz dos estudos da linguagem. Adotamos uma metodologia de pesquisa de cunho bibliográfico, tendo como ponto de partida alguns textos de Foucault (2001, 2004, 2010, 2014), dentre outros que problematizam a temática. As discussões revelam que os discursos produzem subjetividades, controlam vidas, administram técnicas através de dispositivos úteis que mantêm uma suposta ordem social normalizadora capaz de tangenciar uma categorização das identidades e policiamento de corpos outros.

Palavras-chave: Discurso. Dispositivo. Processos de subjetivação. Travesti. Resistência.

Abstract: This article brings up some discussions on the processes of subjectivation and resistance that sexual dissidents experience nowadays. Its main objective is to problematize, from a discursive bias in the Foucauldian perspective, some identity practices considered deviant, in the light of language studies. A bibliographic research methodology is adopted, taking as a starting point some Foucault's works (2001, 2004, 2010, 2014) among others which problematize the theme. The discussions reveal that discourses produce subjectivities, control lives, administer techniques through useful devices which maintain a supposed normalizing social order which can tangent a categorization of identities and police bodies otherwise.

Keywords: Discourse. Device. Subjectivation processes. Transvestite. Resistance.

Palavras iniciais...

O importante está em desarranjar a mesmice, a monótona paisagem, para instigar diferentes formas de ver e ser visto. Inventar formas de problematizar a sólida e persistente monotonia de formas rotinizadas (PIGNATELLI, 2011, p. 144).

Delineamos, a partir da epígrafe acima, o posicionamento político de desarranjar as normas, o centro, e colocar na agenda do debate as margens, as fronteiras e as fissuras. Com isso, entendemos a importância de desconstruir o que é dado como natural e enveredar pelas fissuras e arenas proibidas, a fim de subverter as hegemonias, questionando a ordem (dada como) natural das coisas.

Entendemos que, por meio do discurso, constituem-se as identidades e, por meio delas e nelas, damos lugar ao que é aceito, tido como “normal”, e para o negado, construído como o “anormal”. Em detrimento disso, (r)existem pessoas cujas sexualidades são fronteiriças e experimentam a margem e, por entre as brechas, constituem-se como uma afronta social, já que fogem dos binarismos e das dicotomias de sexo e gênero. Nesse sentido, essas identidades cambiantes e anômalas, que reivindicam uma existência, não estão pautadas na cis-hetero¹ centralidade e, portanto, são excluídas de diferentes práticas sociais, sobretudo em ambientes institucionais tais como: a escola, a família e a religião.

Ao escolhermos enveredar pelas rotas proibidas no mundo da linguagem, procurando algo a mais em nossos pensamentos acadêmicos, compreendemos que é importante seguir adiante sem a busca da verdade absoluta, uma vez que esta não pertence a este mundo (COSTA, 2007). Sabemos, ainda, que toda verdade, mesmo a científica, pode ser questionada (LOURO, 2003) e é nessa direção que propomos seguir, para pensarmos diferente do que somos e nos constituímos. Afinal, precisamos acreditar na sociedade plural e, assim, suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, em nosso lugar de fala e escrita, escapando do controle (SAMPAIO, 2006).

Deste modo, nosso intento, delineado aqui pelas lentes discursivas de Pignatelli (2011), consiste em pensar na multiplicidade, questionar a sólida certeza dada até então pelo pensamento cartesiano, segundo o qual somos seres fixos, estáveis e coerentes, assumindo um mundo frio e impessoal causado pela objetividade. Tomamos para nós um lugar no arredor acadêmico que pesquisa nas fronteiras proibidas, nas transgressões (PENNYCOOK,

¹ Este termo se refere às pessoas que se identificam como cis-gênero, ou seja, que se adequam ao gênero de nascimento, assim como aos padrões e normas da heterossexualidade.

2006), nos modos indisciplinados de compreender o mundo discursivo. Queremos, com isso, desarranjar as mesmices, colocar o pensamento em movimento, desestabilizando o que se encontra constituído e instituído no edifício da sexualidade. É nesse sentido que trazemos para esta discussão a ideia de processo de subjetivação, como pensado por Foucault, no sentido de “tornar-se sujeito” e de “produzir subjetividades”, subjetividades estas concebidas pelo pensador francês como “prática de liberdade”. Estudioso das teorias de Foucault, o professor João Leite Ferreira Neto (2017) coloca em tela duas concepções do pensador para a subjetivação, que emergem em seus escritos, cursos e entrevistas a partir de 1978: a primeira, como a constituição de um “sujeito que é subjetivado pela extração da verdade que lhe é imposta”; e a segunda, que surge em decorrência desta, como a possibilidade de “tornar-se sujeito sem ser sujeitoado” (FOUCAULT, 2008 *apud* FERREIRA NETO, 2017, p. 11-12), quando, segundo o autor, “Foucault apresenta a subjetivação concomitantemente como sujeição e, pela primeira vez, como resistência, em sua relação com as práticas de governo” (FERREIRA NETO, 2017, p. 12).

Na esteira dos estudos da linguagem na contemporaneidade, deslocamo-nos em diferentes caminhos para assumir uma postura que pensa a linguagem como prática social, capaz de mediar interações importantes nas quais estamos inseridos/as. Compreendemos, também, a linguagem como elemento capaz de desconstruir e reconstruir sujeitos sociais que são nascidos através de práticas sociais e discursivas na história, nas instituições e nas culturas.

Nesse sentido, buscamos, aqui, problematizar algumas práticas sexuais que subjetivam a travesti e o “sujeito desviante” (FOUCAULT, 2001) homossexual, situando-os num mundo discursivo. Para isso, tomamos como ponto de partida o seguinte questionamento: É possível pensar a travesti e o homossexual como sujeitos infames, cínicos que debocham a norma e utilizam estratégias de (re)existência?

Este artigo se organiza em duas partes, além das palavras iniciais e finais. A primeira busca refletir sobre a escola e as dissidências sexuais, problematizando as relações de poder e a linguagem. A segunda lança um olhar sobre os “infames” e a postura cínica na sociedade, discutindo, a partir disso, a homossexualidade, a travesti e o um possível surgimento discursivo.

1 Um olhar sobre a instituição escolar e as dissidências sexuais

Vivemos, na contemporaneidade, o questionamento de pressupostos e valores em relação à vida tradicional. Essa tradição materializa “verdades naturalizadas” que exercem poder e fascínio (MOITA LOPES, 2003). As “verdades”, a nosso ver, são perigosas, pois

colocam as pessoas num espaço que restringe e normatiza o exercício das diferentes manifestações das sexualidades. Assim, ‘nascido homem’ e ‘nascido mulher’ estão carregados de significados previamente instituídos, os quais não devem ser questionados ou subvertidos. Um entre tantos outros ambientes eficientes para o questionamento dessa binaridade simplista é a escola, uma vez que ela possibilita que saberes e discursos sejam veiculados por instâncias de poder. O professorado, o alunado e a instituição exercem esses poderes, embora essas relações possam ser legitimadas e/ou subvertidas. No lugar da escola se materializam práticas subjetivantes de bem-estar. É nesse ambiente que, comumente, as pessoas são ensinadas a serem dóceis, obedientes, amadas, bonitas, inteligentes e colonizadas.

Assim, podemos dizer que o discurso constrói sentidos, significa o mundo em que vivemos e o representa. A sua interpretação não se dá de maneira neutra, pois os discursos expressam regimes de verdade e são moldados por relações de poder e controle político (FOUCAULT, 2003). Por esse motivo, o ser humano é, o tempo todo, colocado em relações de produção e significação do mundo (DREYFUS; RABINOW, 1995), produzindo realidades que se constituem em lugares de privilégios ou de exclusões.

É por meio dos discursos que vidas são subjetivadas e sentidos construídos para autorizar o que é adequado no âmbito social. Afinal, as relações de poder são móveis, instáveis e reversíveis (SAMPAIO, 2006) e o poder não é o sentido do discurso. O discurso é uma série de elementos que operam no interior do mecanismo geral do poder, já que é uma série de acontecimentos (FOUCAULT, 2003). “O poder é uma ação para a qual ele próprio se dirige, uma ação sobre ações que acontecem agora e/ou virão a acontecer [...]” (SAMPAIO, 2006, p. 95). Dito de outra forma, o poder é condução de condutas, é governo, são ações entranhadas no solo histórico, ações vinculadas socialmente.

Ao pensarmos no poder, compreendemos que ele não é fixo e as suas formas também não são, tendo em vista que ele circula e ninguém o detém de forma estável. Dentre as diferentes formas de poder, todas as práticas e o domínio dele estão envolvidos em controle e disciplinamento, permeados pela vida cotidiana. As formas de poder se relacionam com os indivíduos, categorizando-os, marcando-os dentro de suas próprias individualidades, ligando-os à própria identidade. É por meio do poder que a vida se organiza, estabelece vínculos e leis de verdade que transformam os indivíduos em sujeitos (DREYFUS; RABINOW, 1995).

Entretanto, antes de tudo, é necessário pensarmos o que é o sujeito e a que ele está submetido, sob quais condições e em qual modo de subjetivação está circunscrito (FOUCAULT, 2004). No dizer de Foucault (2000), somos dominados/as pelas relações com os outros e com nós mesmos/as. Daí a importância de pensarmos de que maneira nos constituímos como sujeitos do nosso saber, das relações de poder que sofremos ou somos produtores e das nossas formas de organização como sujeitos de moral. Queremos dizer com

isso que, embora acreditemos numa estética da existência foucaultiana, a organização dessa prática de si e a sua conduta estão precisamente situadas num modelo de trabalho sobre si mesmo, isto é, numa estetização do sujeito moral, um conjunto de tecnologias que, segundo alguns critérios, demarcam e estilizam uma conduta, ainda que cercada por limites e princípios.

Falando em poder, este está em constante luta através das práticas discursivas como uma batalha hegemônica que (re)produz e (re)estrutura os discursos vigentes na sociedade hodierna, uma vez que, na concepção de Foucault, o poder não se concentra em uma pessoa, classe ou instituição, mas circula na sociedade e se expressa nas relações de poder que se fazem presentes nas relações sociais (FOUCAULT, 2004). Dessa maneira, essa batalha hegemônica pressupõe que os vários atores sociais desestabilizem o já instituído, promovendo uma democracia social. Michel Foucault deixa claro que o exercício do poder não é algo em si mesmo violento, tampouco algo consentido, reconduzido, mas é um conjunto de ações possíveis sobre a vida (DREYFUS; RABINOW, 1995) que podem ser móveis e instáveis.

Dreyfus e Rabinow (1995) apontam que há três tipos de lutas cujas atitudes demonstram resistências: contra a forma de dominação, contra as formas de exploração e as que separam os indivíduos, desunindo-os daquilo que produzem, tornando-os também resistentes contra aquilo que os sujeita e os coloca como submissos. Para Kohan,

o pensamento de Michel Foucault ajuda-nos a pensar a arquitetura e o guião desse teatro onde a cortina nunca cai; ele permite-nos perspectivar o modo como as relações entre o poder e a vida se jogam no palco da história. No seu pensamento, a questão do poder articula-se simultaneamente, com o problema da história, com o problema da realidade e com o problema do homem, perspectivando-o como um postulado frágil (VILELA, 2006, p. 114).

Ao pensar sobre as dissidências, entendemos o quanto a travesti resiste e luta para existir, isto é, reivindica uma estética da existência para que possa escolher como viver e de que maneira a sua existência se constitui uma obra de arte com uma ética do estilo, sem uma intervenção do discurso da moralidade. Entretanto, há ainda os processos de subjetivação e resistência em que estamos envolvidos/as, uma vez que é possível compreender os jogos discursivos de invisibilidade que permeiam o cotidiano. Ainda que seja o seu modo de se autoperceber ‘exuberante’, linda, desejável, a travesti enfrenta muita violência nas ‘pistas’ e na escola. Na primeira, muitas vezes o local de trabalho, cujo sustento vem carregado de dor e discriminação, ela se assujeita, negocia o seu corpo para viver entre os “normais”. No

segundo ambiente, o seu corpo – nem de homem e nem de mulher (BENTO, 2007) – faz com que práticas discursivas se entrecruzem, moldando-a, tornando-a abjeta, monstruosa, delituosa e dissidente.

Assim, embebendo de algumas reflexões foucaultianas, precisamos promover e contestar novas formas de subjetividade, recusando quaisquer tipos de individualidade que nos são impostos há séculos. É preciso recusar o instituído e tido como natural. É importante que recusemos o que somos e questionemos quem somos, desvencilhando dos processos de individualização impetrados pelas sujeições contemporâneas de poder (SAMPAIO, 2006). É importante compreendermos quem somos “nós” hoje, quais os modos de existência, possibilidades de vida e os nossos processos de subjetivação (DELEUZE, 1992).

Como bem pontua Pereira (2007), a instituição escolar é o lugar que veicula a tradição. Nesse ambiente, corpos são governados, disciplinados, classificados e fabricados, numa lógica que exerce a manutenção de uma sociedade dividida (LOURO, 2003) e, portanto, marcadamente colonizada pelo olhar do esquadro. Na escola, entendemos o quanto somos fabricados/as pelos discursos para manter uma ordem. Quando não se caminha nesse sentido, toda uma engrenagem é criada, mantida, legitimada, para adequação do que é desviante. O corpo da travesti, por exemplo, é passível de ser colocado no esquadro. Suas manifestações e espetacularizações se circunscvem no corpo. É nele que adereços, pinturas, performances tomam existência, produzem discursos e resistências. Por isso, o corpo é “um complexo de relações de força, com conflitos. As relações de poder atuais colocam esse lugar como espaço de estratégias de resistências” (SAMPAIO, 2006, p. 112). O corpo possui muitos sentidos a nos provocar sobre a norma e o modelo padrão de existência.

Assim, pensar em corpo e biopolítica (no sentido foucaultiano de política do corpo) é muito importante, pois a vida controlada é mais produtiva. A travesti e o sujeito homossexual, como seres que possuem uma vida desviante, infame, são passíveis de investimentos para um bem-estar social. Quanto mais pessoas são colocadas no esquadro, melhor. Embora se possa cogitar que o controle é algo novo, a biopolítica é contemporânea.

Desta maneira, é no biopoder que se normaliza no século XIX. É por meio dele que se controla uma sociedade (SAMPAIO, 2006) e se constroem investidas técnicas, cujos discursos dão suporte à proliferação e à consequente eliminação das subjetividades classificadas como anormais. O discurso da proliferação de anormalidade e da sua eliminação são inventivas dessa subjetividade. Há uma intenção em administrar e em supervisionar a vida (PORTOCARRERO, 2008). Foucault, em seus estudos, nos mostra o quanto a prática sexual incomoda a sociedade em determinadas instâncias: “imaginar um ato sexual que não se conforma à lei ou à natureza, não é isso que inquieta as pessoas, mas que os indivíduos comecem a se amar, eis o problema” (FOUCAULT, 2010, p. 349), já que, na concepção da desviante existência, o que sobra é uma manutenção produtiva de discursos controladores.

Assim, ao situarmos a escola como uma arena das contradições, depreendemos que ela é uma agência importante na percepção do que somos, do que podemos ser, e os discursos, ainda que imperceptíveis, legitimam outros sentidos no mundo social (MOITA LOPES, 2008). Questionar essas maneiras de ser e de estar na sociedade (produção de subjetividades) é de fundamental importância para nós, professores e professoras, porquanto possibilita que outras ‘vozes’ se manifestem e denunciem a violência perpetuada e instituída desde há muito em práticas sociais discriminatórias. É preciso que saibamos que comunicar é agir sobre e com os outros e que as relações de poder se exercem pelo papel importante na produção dos signos (DREYFUS; RABINOW, 1995), muitas vezes sutis, capazes de ser quase imperceptíveis, tamanha a organização de uma ordem hegemônica que lidera o que pode ou não ser considerado “normal” e, por conseguinte, o modelo e o centro.

As dissidências sexuais em ambientes escolares são um tema que necessita de discussão em sala de aula. Pensar a vida social a partir de uma lógica binária de homem e mulher, heterossexual e homossexual, já não responde à complexidade que envolve as subjetividades e as diversas formas de vivenciar, performar e experimentar os prazeres. No período contemporâneo, sugerir esses debates é necessário, com vistas à problematização dos saberes produzidos e validados como verdadeiros. Autorizar novas experimentações através da linguagem para a compreensão dos sujeitos sexualmente invisibilizados é uma caminhada possível, capaz de promover reconhecimento e cidadania, direito importante para a materialização de uma existência.

Ainda em relação à escola, compreendemos esse espaço como uma instituição que veicula saberes, produz e marca identidades (pelo discurso), corporifica e fabrica sujeitos de acordo com o que o muro externo ou a sociedade exigem como normalização da vida social. Faz-se necessário que questionemos o *status quo* mantido por uma suposta “ordem e progresso” que esquadra. Afinal, se não atentamos à eficiência da normalização cotidiana, continuada e naturalizada (LOURO, 2003), continuaremos a negar direitos e a legitimar a exclusão social.

Desse modo, ao trazermos à discussão o dissidente, entendemos que há necessidade do diálogo frente às pessoas invisibilizadas socialmente em função do prazer e do afeto. Ser dissidente é um atributo de quem pensa de outra forma (FOUCAULT, 2008). Pertencer a uma lógica dissidente é ir contra um movimento que anseia exercer o controle por meio dos discursos, de acordo com uma lógica privilegiada de normalização. Assim, podemos depreender que normalizar é trazer os outros para a uma subalternidade, é

[...] instituir a linguagem que lhes permitirá entenderem-se e formar sociedade. Aliás, a acto essencial da normalização é provocar o acordo acerca desse código, fazer com que se torne comum a todos, como o que

isso subentende do ponto de vista das maneiras de pensar e dos valores. [...] A normalização é uma maneira de organizar esta solidariedade que faz de cada indivíduo o espelho e a medida do outro (EWALD, 1993, p. 103-104).

Daí a importância de se problematizar propostas de pedagogização na escola que são capazes de instaurar, em situações formais (técnicas de ensino) e informais (brincadeiras tidas como inofensivas), espaços de invisibilidade e violência. Para tanto, indagamos de que maneira os gizes estão registrando essas identidades dissidentes em sala de aula, nas recreações e nos corredores dessa instituição secular.

Pensar em linguagem e sujeito não é possível se não houver a compreensão de que um não está e nem se constitui sem o outro. Ela (a linguagem) está estreitamente ligada às relações humanas e, como prática social e discursiva, exerce a mediação necessária para a sociabilidade humana; é também nela e a partir dela que se constroem significados, moldam-se realidades e se determinam no discurso as estruturas sociais (FAIRCLOUGH, 1989).

A partir da linguagem interagimos, materializamos modos de ação que constroem efeitos de sentido no espaço social em que os sujeitos circulam. Dito de outra forma, ao pensarmos em linguagem e prática social, o discurso está interseccionado nessa compreensão, porquanto se constitui ação pela qual as pessoas agem e representam o mundo, operando sobre os outros (FAIRCLOUGH, 2001) de forma cotidiana, ritualizada e institucionalizada. Categorizar o modo de existência ou a sua reivindicação é marcar o silêncio e a violência, porquanto o não dito e o interdito podem, às vezes, ser formas proveitosas de manutenção de privilégio, já que os discursos,

[...] como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito do poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo (SAMPAIO, 2006, p. 111-112).

Ao construirmos significados no mundo social, estes emanam de um construto cultural localizado em dado tempo e espaço, cujas impressões são (re)ditas em diferentes saberes e lugares como, por exemplo, o discurso religioso que fabrica um sujeito sodomita e pecador; o discurso da psicanálise, da psicologia e da psiquiatria, entendidas aqui como ciências médicas “psi” (BENTO, 2008) que medicalizaram e ainda medicalizam a identidade do homossexual “desviante” (FOUCAULT, 2001). Queremos dizer com isso que, a partir

dos discursos, moldamos o mundo e as pessoas que nele habitam, uma vez que os discursos constroem sentidos, plasmam identidades e nos fazem reconhecidos ou não nos lugares pelos quais circulamos (FERNANDES, 2014).

Assim, podemos dizer que os sujeitos discursivos constroem significados na medida em que interagem com outros discursos de distintas instituições, tais como a família, a igreja, a escola etc. Esses mesmos indivíduos não produzem sentidos nas afirmações de maneira deslocada na história; ao contrário, essas afirmações são proclamadas obedecendo à ordem de um contexto social (MOITA LOPES, 2006; MILLS, 1997). Por isso, os discursos podem ser compreendidos como parte vital de um ser cujo poder fabrica identidades, molda corpos. Afinal, por meio da linguagem a realidade é construída e produzida (COSTA, 2007) e o exercício do poder se torna um modo de ação sobre os outros (DREYFUS; RABINOW, 1995), já que os discursos são um componente religado a outro, são sistemas de poder, elementos de um conjunto, uma série de acontecimentos (FOUCAULT, 2003).

2 Um percurso entre os “infames” e a invenção da (homo)sexualidade: por uma atitude cínica na sociedade

Sonho com o intelectual destruidor das evidências e das universalidades, que localiza e indica nas inércias e coações do presente os pontos fracos, as brechas, as linhas de força; que sem cessar se desloca, não sabe exatamente onde estará ou o que pensará amanhã, por estar muito atento ao presente [...] (FOUCAULT, 2004, p. 242).

A epígrafe foucaultiana escolhida coloca em foco o modo como um dos pensadores do pós-estruturalismo se posiciona sobre a questão da sexualidade e as “verdades instituídas”. Concordamos com Sampaio (2006) quando afirma que há de se rejeitar o sujeito universal, portador de uma natureza atemporal e vítima das relações de poder. O pensamento foucaultiano nos ajuda a problematizar em que lugar estamos no discurso e de que modo este pode construir subjetividades. Assim, Foucault (2004) nos ajuda a pensar sobre a maneira que somos, compreender as nossas novas descobertas, as nossas (des)construções de saberes e de valor.

Para o pensador Michel Foucault (2004), vivenciamos uma sociedade que constrói as suas próprias verdades, produzindo-as, fazendo-as circular. No dizer de Foucault, aquele/a que formula a verdade está autorizado/a a falar dela da forma que quiser (FOUCAULT, 2003). Dito de outra forma, a verdade e o corpo não são indissociáveis; ao contrário, ambos caminham juntos, e a sexualidade também, já que esta não é mais um segredo, mas uma

forma de exteriorização da nossa individualidade, que ultrapassa uma manifestação e um sintoma (FOUCAULT, 2014). Assim, nos jogos de verdade,

[...] a verdade é o que se diz a partir do poder de dizê-lo: seja no discurso científico, envolvendo as instituições, que liberam o poder que sustenta esse dizer; seja na *parresia*, na coragem do dizer-verdadeiro daquele que assume o risco perigoso e inerente a esse ato de franqueza, fazendo surgir a liberdade, que é a virtude ética por excelência (WELLAUSEN, 1996, p. 121).

O que vestir, como agir, “experenciarmos” os afetos e os sexos, são pedagogias e (pre)determinações perversas generificadas pelos discursos, instituídas pela norma e seus processos de normalização. Por exemplo, os corpos das travestis e das pessoas transexuais tangenciam significados considerados como de subversão ao biológico-jurídico. Em relação à travesti, ao fabricar um corpo com o uso de próteses e hormônios, por exemplo, há uma atitude política de reinvenção e reivindicação de existência. Neste sentido, o corpo toma um sentido de força de produção que não existe sem o discurso. Sua materialidade só existe porque um sistema político o mantém, ou seja, do poder político se origina um certo espaço de como se comportar, como andar, adaptando o corpo ao que é aceito, a uma postura particular que trabalha continuamente (FOUCAULT, 2003).

Com a travesti podemos dizer que há jogos de verdade institucionalizados sobre o seu corpo, ainda que ela grite por expor a sua ética da verdade, sendo uma *parrhesiaste*². Ao reivindicar uma existência de direitos, a figura que se pretende subalternizar e hierarquizar se constitui como uma identidade dissidente e fronteira. O corpo humano, tal como é generificado, constrói significados de verdade na medida em que delimita o que pode ser usado para mantê-lo vivo, como deve se comportar. Somente quem controla o valor de verdade pode produzir saberes e dizeres sobre esses corpos transviados. Não são todos autorizados a dizer tudo e qualquer coisa em qualquer lugar (FOUCAULT, 1998).

Sobre a categoria discursiva homossexual, outro modo dissidente de existência, ao tomarmos aqui a inspiração da perspectiva filosófica de Michel Foucault, ele nos aponta que

² Tomamos, primeiramente o termo *parresia* no sentido apreendido por Foucault (2011), isto é, o da coragem da verdade ou o dizer-verdadeiro, o falar abertamente e honestamente, sem dissimulação. A partir das proposições foucaultianas, entendemos que as pessoas dissidentes podem se relacionar à figura do *parrhesiaste* grego da Antiguidade, uma vez que usam as mais diretas palavras e formas de expressão que se pode descobrir. Assim, depreendemos que a existência dissidente, no sentido parresiástico, propõe questionar o modo de vida, ao mesmo tempo em que se coloca à prova os modelos validados e reconhecidos pela sociedade do que seja o bem-viver.

o nascimento do sujeito homossexual só surge discursivamente a partir da publicação, em 1870, do artigo *Archiv für Neurologie*, do médico psiquiatra e neurologista alemão Carl Westphal. Ainda que houvesse um policiamento nas práticas sexuais do sujeito desviante (FOUCAULT, 2001), a homossexualidade nessa década foi objeto de análise e controles novos (FOUCAULT, 2004).

Com o surgimento do termo “homossexualismo” criado pelo jornalista e escritor húngaro no século XIX, Karl-Maria Kertbeny (1824-1882), a partir do substantivo “homossexual”, é possível afirmar que esse sujeito constituído como tal se torna um “tipo aberrante de ser humano pervertido”. Como demonstra Foucault (2001), ser homossexual no século XIX se torna uma “patologização”. Por tais razões, convencionou-se, mais tarde, o uso do termo “homossexualidade”, por se referir a uma orientação sexual como outras, não uma patologia.

O pensador francês nos elucidava que a confissão foi uma técnica que funcionou bastante na produção desse “desviante”. De acordo com ele, a confissão colocou a sexualidade no centro da existência, ainda que houvesse uma tentativa de afastar e proibir o sexo. Na Grécia, a interdição sobre o sexo era algo muito notório, ainda que possamos achar que havia um lugar no qual era aceita a amizade entre iguais.

Como bem explica Foucault (2014), para Hipócrates o ato sexual era considerado um perigo, ou seja, era preciso prestar atenção ao ato sexual para não o praticar todo ano. Podemos dizer que seria a materialização de um sujeito de prazer policiado? Para Foucault (2004), os interditos sexuais e outros interditos são ligações que fazem o sujeito dizer a verdade sobre si mesmo, afinal, o sujeito é cindido em seu interior em relação aos outros; por isso, é objetivado (DREFYUS; RABINOW, 1995). Assim, a confissão se mostra como uma forma de disciplinar, trazer o outro para uma submissão do corpo. Além de ser uma prática não de objetivação, mas de subjetivação pela qual o sujeito autoriza os próprios discursos (VACCARO, 2014).

De acordo com Foucault (2001), a categoria homossexual não existia antes do século XIX. Ou seja, a “categoria homossexual” e/ou o “sujeito homossexual” não eram considerados. Embora haja afirmação de que a homossexualidade remonta aos tempos remotos, a produção dessa subjetividade passa a ser percebida somente dois séculos atrás, ou seja, somente a partir do século XIX. Desse modo, o sujeito homossexual se torna uma “categoria”, sendo uma identidade “construída” e não descoberta. Embora haja a publicação de um artigo em 1870, Foucault (2010) percebe e mostra que o amor entre homens foi não somente tolerado, mas obrigatório durante a guerra. Como confirma Foucault (1996), no século XIX é produzido um saber do homem, da individualidade, do indivíduo normal/anormal inserido em sistema de controle e vigilância.

A categoria mencionada acima é vista como “desviante” e “perversa”. Há todo um saber que será posto em ação para produzir subjetividades cujos sentidos são de natureza “anormal”, patológica. Isto é, essas expressões linguístico-discursivas parecem produzir efeitos sobre esse indivíduo homossexual, o qual passa a ser não somente um pecador, doente ou criminoso, mas se torna uma categoria identitária com sua “sexualidade descrita, compreendida, explicada, regulada, saneada, educada e normatizada” (LOURO, 2004, p. 27).

A existência desses saberes produzidos em torno da sexualidade aponta para o fato de que discursos sobre ela só existem porque há um modo de dizer e produzir uma verdade, um sujeito particular (FOUCAULT, 2004). A sexualidade não foi regulada somente no discurso, mas dentro das instituições e práticas (FOUCAULT, 2004). Como pontua Foucault (2010) em suas discussões, a homossexualidade é uma ocasião histórica que reabre um campo de virtualidades relacionais e afetivas.

Para o filósofo francês, o sujeito homossexual permeia o seu olhar “de esguelha” para as linhas diagonais do tecido social, uma vez que ele “torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; [que] também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa”. (FOUCAULT, 2001, p. 43). Diante dessa constatação de Foucault (2001), observa-se que o sujeito homossexual tem discursivamente seu lugar na existência a partir de um árduo caminho de “crime”, perversão, rumo à suposta “legalidade” e “sanidade”.

Podemos inferir, com isso, que o lugar do homossexual não é apenas marginal em relação ao heterossexual, mas que, na história, a sua prática sexual deu lugar à produção de verdades que definiram um modo de vida *gay*. Aliás, os jogos de verdade relacionam o sujeito com a verdade. É nesse sentido que é possível pensar quem diz, porque e como diz as coisas (ORTEGA, 1999). Desse modo, ao tomarmos emprestada a noção de amizade de Foucault (2001), por exemplo, compreendemos que esta é uma nova forma de existência mediante a sexualidade. É nesse momento que o problema da homossexualidade se transforma no problema da amizade. É, portanto, uma maneira de desterritorializar, experimentar uma multiplicidade e uma intensidade que se apresentam nessa prática (ORTEGA, 1999).

Assim, os dissidentes sexuais, compreendidos como aqueles que possuem a existência fora do esquadro, são interessantes para pensarmos na possibilidade de uma vida cínica (que escandaliza a verdade). Tomamos o cinismo como algo político e subversivo, que contesta os arranjos sociais pautados pelo biologismo, essencialismo e tantas práticas sociais que excluem o diferente. Michel Foucault aponta que no cinismo, em diferentes momentos, são construídos elementos para a formação de estereótipos. Na antiguidade, era comum a figura de um homem de pés sujos e barba crescida. Já foram considerados insolentes, mal-educados, mas também, uma questão filosófica (FOUCAULT, 2011).

Podemos dizer que os cínicos são uma forma particular de existência à margem das instituições, das leis e dos grupos sociais hegemônicos e reconhecidos. Ao mesmo tempo em que estão à margem da sociedade, vivem e transitam nela, ainda que não os aceite. Desta maneira, os cínicos são perseguidos, exilados e errantes, mesmo sendo categorias universais e centrais de uma filosofia (VIEIRA, 2010).

Apesar disso, Wellausen (1996) afirma que há uma dificuldade em definir o cinismo e a sua significação, devido ao caráter ambíguo relativo às interpretações. Como assevera a autora, há duas maneiras de se articular a discussão: “uma negativa, vê os cínicos como ignorantes, insolentes, perturbadores e imprudentes, cuja violência se opõe à lei divina; para outra, positiva, o cinismo é mais comedido, educado, refletido, discreto, honesto e austero” (p. 119).

Assim, o cínico é aquele que retoma os temas tradicionais da vida verdadeira, transpondo, revertendo e reivindicando uma afirmação de uma vida outra (FOUCAULT, 2011). Podemos depreender que o ‘cínico desviante’ – no caso, aqui, a travesti e o sujeito homossexual da atualidade – é aquele que desloca o conservadorismo, irrompe a tradição, implode o edifício do que é tido como algo dado da natureza. O cínico é o deboche, o desavergonhado, o insolente que contesta a ordem das coisas, as regras da cidade, a vida rotinizada pelas verdades.

Considerações *transitórias*

À guisa de reivindicar uma pausa sobre as linhas deste texto, ao final desta reflexão transgressiva que se move por entre fronteiras proibidas, compreendemos que é preciso que as nossas pesquisas assumam um caráter humano, com escritas de eventos discursivos. Pretendemos que as nossas leituras acadêmicas tragam inquietações que nos façam caminhar sem as certezas seguras, afinal, é urgente e fundamental que as nossas investigações sejam levadas para além do universo acadêmico.

Chegamos à conclusão, ainda que transitória, que resistir é necessário e a resistência precisa ser como o poder: móvel, inventiva e produtiva. A resistência necessita se organizar, se coagular. Precisa vir de baixo e ser distribuída estrategicamente (FOUCAULT, 2001). Faz-se relevante que a sexualidade seja reconhecida nas múltiplas formas de manifestação do nosso sexo, pois é por meio desse reconhecimento que haverá a possibilidade de um sujeito de desejo sexual (VACCARO, 2014) liberto das amarras discursivas das normas e padrões.

(Re)escrever nas páginas do nosso cotidiano atitudes politicamente situadas, que desestabilizam as hegemonias e trazem das bordas as sexualidades dissidentes, é pôr em questionamento todas as opressões perpetuadas pelo centro. Reivindicar o direito de existência nos entremuros sociais constitui-se o verbo que gera a ação frente às nossas proposições epistemológicas. Entendemos, assim, neste momento de interrupção, que os saberes hegemônicos e colonizadores são carregados de intencionalidades e sutilezas que aprisionam, governam e normatizam a vida social.

No dizer de Deleuze (1992), temos sempre a verdade que merecemos, em função dos procedimentos de saberes linguísticos ou não, dos mecanismos de poder e dos processos de subjetivação ou individuação a que nos submetemos. É por entre emaranhados discursivos que almejamos seguir a caminhada: questionando a ordem das coisas; o porquê de se dizer isso ou aquilo; qual a função de um sujeito falar e outro não ser autorizado.

Portanto, não queremos o ponto que finaliza, mas as reticências que metaforizam o caminhar constante daquilo que está sempre inacabado. Tomamos como sentido de liberdade, a desconstrução da quietude no fazer acadêmico, reivindicando nos debates científicos a união entre emoção e razão, tão afastados no sujeito monolítico cartesiano. Queremos, em nossas pesquisas, os homens e as mulheres infames, as monstrosidades, as categorias não binárias e as subjetividades excluídas da norma, porque são para elas que usamos as palavras, metaforizamos a vida outra.

Referências

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

_____. *O que é transexualidade*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção primeiros passos; 328).

COSTA, Marisa Vorraber. Pesquisa-ação, pesquisa participativa e política cultural da identidade. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). *Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 91-115.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

EWALD, François. *Foucault, a norma e o direito*. Lisboa: Veja, 1993.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. New York: Longman, 1989.

_____. *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

FERNANDES, Clodoaldo Ferreira. Diversidade sexual na escola: o “normal” e o “anormal” em discursos de professores. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias). Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2014.

FERREIRA NETO, João Leite. A analítica da subjetivação em Michel Foucault. *Rev. Polis e Psique*, v. 7, n. 3, p. 7-25, 2017.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1996.

_____. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 4. ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. O que são as luzes. In: FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Ditos e Escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 335-351.

_____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque. Revisão técnica J. A. Guilhon Albuquerque. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. *Estratégia, poder-saber*. Ditos e Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. *Microfísica do poder*. 20. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

_____. Aula do dia 1º de março de 1978. In: FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 253-303.

_____. Da amizade como modo de vida. In: FOUCAULT, Michel. *Repensar a política*. Ditos e Escritos VI. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 348-353.

_____. *A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II: curso no Collège de France (1983-1984)*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. Aula do dia 14 de março de 1984. p. 204-235.

_____. *Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Ditos e Escritos IX. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. *Corpo, gênero, sexualidade e educação: um debate contemporâneo na educação*. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

_____. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MILLS, Sara. *Discourse*. London and New York: Routledge, 1997.

MOITA LOPES, Luís Paulo da. *Discursos de Identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

_____. *Identidades fragmentadas. A construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas: Mercado das letras, 2006.

_____. Sexualidades em sala de aula: discurso, desejo e teoria queer. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. (org.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 125-148.

ORTEGA, Francisco. *A vida como escândalo da verdade*. In: ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1999. p. 103-121.

PENNYCOOK, Alastair. Uma Linguística Aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, Luís Paulo da (org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 67-84.

PEREIRA, Ariovaldo Lopes. *Representações de gênero em livros didáticos de língua estrangeira: reflexos em discursos de sala de aula e relação com discursos gendrados que circulam na sociedade*. 280f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Universidade Estadual de Campinas, 2007.

PIGNATELLI, Frank. Que posso fazer? Foucault e a questão da liberdade e da agência docente. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *O Sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 127-154.

PORTOCARRERO, Vera. Os limites da vida: da biopolítica aos cuidados de si. In:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. V.; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio de. *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 419-430.

SAMPAIO, Simone Sobral. *Foucault e a resistência*. Goiânia: Ed. da UFG, 2006.

VIEIRA, Priscila Piazzentini. Foucault, os cínicos e a militância revolucionária. Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010. Cd-Rom. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Priscila%20Piazzentini%20Vieira.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2016.

VACCARO, Salvo. Governança e governamentalidade. In: VACCARO, Salvo; AVELINO, Nildo. (org.). *Governamentalidade/Segurança*. São Paulo: Intermeios, 2014, p. 43-58.

VILELA, Eugénia. Resistência e acontecimento: as palavras sem centro. In: KOHAN, Walter. Omar; GONDRA, José. *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 107-127.

WELLAUSEN, Saly. *Michel Foucault: parrhésia e cinismo*. *Tempo Social: Rev. Sociol. USP*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 113-125, maio 1996.

CLODOALDO FERREIRA FERNANDES DA SILVA

Doutor em Letras e Linguística (Universidade Federal de Goiás). Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias (Universidade Estadual de Goiás). Docente do curso de Letras da Universidade Estadual de Goiás, Campus Sudeste – Morrinhos (GO) e da rede estadual de Educação Básica de Goiás (SEDUC-GO).

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/9480160565222455>

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-8156-4304>

E-mail: clodoaldofernandes.silva@ueg.br

ARIIVALDO LOPES PEREIRA

Doutor em Linguística Aplicada (Universidade Estadual de Campinas), com pós-doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês (Universidade de São Paulo). Mestre em Linguística Aplicada (Universidade de Brasília). Docente no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT) e no curso de Letras da Universidade Estadual de Goiás.

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0247640177440705>

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-5626-664X>

E-mail: ariovaldolopes@ueg.br